

SAÚDE DOCENTE, CONDIÇÕES E CARGA DE TRABALHO

Roberto Moraes Cruz¹

Jadir Camargo Lemos

Marisete M. Welter

Luciane Guisso

Resumo. Cada vez mais estudos investigam as relações entre saúde e trabalho tendo em vista refletir a natureza complexa dos processos de saúde e suas implicações com as dimensões do trabalho na vida das pessoas. As condições de saúde dos trabalhadores em geral, assim como dos professores, dependem das relações decorrentes das exigências e condições de realização do trabalho, definidas genericamente de cargas de trabalho, derivadas do contexto e das características da organização do trabalho, nesse caso, da atividade de docência. A avaliação das condições de trabalho, por meio das suas dimensões físicas e psicológicas, permite ampliar a compreensão em torno da percepção das condições de trabalho, dos riscos e evidências de processos de adoecimento. O presente estudo tem como objetivo caracterizar aspectos do trabalho docente e sua influência nos processos de saúde.

Palavras-chave: saúde docente, condições de trabalho, cargas de trabalho.

TEACHER'S HEALTH, CONDITIONS AND WORKLOAD

Abstract. More and more studies investigate the relationship between health and work in order to reflect the complex nature of health processes and their implications with the dimensions of work in people's lives. Workers' health conditions in general, and teachers depend on the relations arising from the requirements and conditions for completion of work, broadly defined workload, derived from the context and characteristics of work organization, in this case, the activity teaching. The evaluation of working conditions through their physical and psychological dimensions, to broaden the understanding about the perception of working conditions, risk and evidence of disease processes. This study aims to characterize aspects of teaching and your influence on processes of care.

Keywords: Teacher's health, work conditions, workload.

¹ Datos de los autores al final del artículo.

SALUD DOCENTE, CONDICIONES Y CARGA DE TRABAJO

Resumen. Cada vez más estudios investigan las relaciones entre salud y trabajo teniendo como objetivo reflexionar acerca de la compleja naturaleza de los procesos de salud y sus implicaciones con las dimensiones del trabajo en la vida de las personas. Las condiciones de salud de los trabajadores en general, así como la de los profesores, dependen de las relaciones resultantes entre las exigencias y las condiciones de realización del trabajo, definidas genéricamente de cargas de trabajo, derivadas del contexto y de las características de la organización del trabajo, en ese caso, de la actividad de docencia. La evaluación de las condiciones de trabajo, por medio de sus dimensiones físicas e psicológicas, permite ampliar la comprensión en torno de la percepción de las condiciones de trabajo, de los riesgos y evidencias de procesos de adolecimiento. El presente estudio tiene como objetivo caracterizar aspectos del trabajo docente e su influencia en los procesos de salud.

Palabras Clave: Salud docente, condiciones de trabajo, cargas de trabajo.

Introdução

A atividade docente tem sido marcada por desafios significativos, reflexos das constantes transformações relacionadas ao mundo do trabalho. As condições decorrentes deste cenário, e as múltiplas exigências feitas ao papel do professor, cada vez mais tem sido associadas aos problemas de saúde física e mental apresentados por estes trabalhadores.

As modificações constantes no cenário do trabalho docente foram influenciadas pelas reformas educacionais e por modelos pedagógicos estimulados pelas políticas estatais. Destaca-se que, até os anos de 1960, maior parte dos trabalhadores docentes usufruía de uma relativa segurança material, com emprego estável, bem como relativo prestígio social. Porém, a partir de 1970, com a expansão das demandas da população por proteção social, houve o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação (Jardim, Barreto & Assunção, 2005).

Os reflexos decorrentes foram presenciados no ambiente acadêmico. Nas universidades públicas, apesar dos esforços dos docentes, visualiza-se um estado crônico de dificuldades em gerenciar os processos de trabalho, seja por intensificação da precarização das condições de trabalho, seja pela incapacidade em transformar as ações reivindicatórias efetivamente em processos de conscientização da sociedade sobre os riscos implicados nesta relação. Como consequência, verifica-se a crescente depreciação

da atividade docente, em razão dos baixos investimentos nas ações de melhoria da educação superior, seja do ponto de vista dos ambientes de trabalho, da remuneração ou, ainda, do reconhecimento social desse trabalho. Tal quadro acarreta, invariavelmente, na acentuação dos efeitos perversos relacionados à saúde desse trabalhador, que vão desde o desgaste físico e psicológico, absenteísmo e, até mesmo, abandono da profissão.

Assim sendo, este artigo tem por objetivo caracterizar aspectos do trabalho docente, e sua influência nos processos de saúde. Pretende-se demonstrar que, com as transformações do mundo do trabalho mudaram, também, as características do mercado de trabalho no ramo da educação, já que agora além da desvalorização da figura do professor, tem-se exigido desse trabalhador maior atualização, porém dependendo inteiramente do seu próprio salário para este fim.

Trabalho docente: condições de trabalho e desgaste profissional

O processo de aprendizagem, chamado de escolarização desenvolveu-se no século XVI sob a tutela da igreja. Esta instituição, “abriu-se” às camadas populares para instrumentalizar o povo para a leitura das sagradas escrituras, cabendo ao próprio clero a responsabilidade do ensino docente. A necessidade de convocar colaboradores leigos possibilitou a realização de uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja, o que deu origem ao termo professor: pessoa que professa a fé e fidelidade dos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos (Carloto, 2002).

Neste sentido, a atividade docente foi modificando-se, ao longo da história, para atender as necessidades da sociedade em cada fase. Assim, professores de todas as partes do mundo tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho, ainda que, na maioria das vezes, tal quadro não tenha sido acompanhado pelas melhorias das condições objetivas no exercício profissional (Esteve, 1999). A profissão docente, portanto, tem atravessado um dos seus piores momentos. Pois o mestre, que anteriormente era visto, como uma figura profissional essencial para a sociedade, hoje passou a ser visto enquanto o profissional que luta pela valorização e reconhecimento social do seu trabalho.

Como ocupam um lugar especial no processo social e produtivo, atendendo diretamente a demanda (através das atividades de assistência interpessoal e de dedicação no aprendizado dos outros), muitos dos docentes que persistem na profissão, têm apresentado sinais de adoecimento físico ou psicológico, com diagnósticos conhecidos e causas desconhecidas. Os docentes estão invariavelmente numa condição de maior predisposição aos chamados transtornos psicossociais no trabalho que, associados aos agravos na condição física (no caso das Lesões por Esforços Repetitivos - LER, por exemplo), acentuam os desgastes profissionais. Dentre os principais

transtornos psicossociais do trabalho, destacam-se as neuroses do trabalho, a fadiga psicológica, o estresse e a síndrome de *burnout*.

Destaca-se que, as primeiras notícias de adoecimento docente, ocasionadas por alterações das condições de trabalho, foram noticiadas em países Europeus (Suécia, França, Alemanha e Reino Unido) no início da década de 80. O estresse e a Síndrome de *burnout* eram apontados como os principais problemas entre professores naquela época, com implicações sobre o absenteísmo por doença e abandono da profissão, como relata José Manoel Esteve em seus estudos publicados, pela primeira vez, em 1987.

A partir dos estudos citados, percebeu-se que muitas das características do trabalho docente deste momento, associavam-se diretamente aos fatores geradores de problemas físicos e psíquicos. Uma vez que, de acordo com Reis et al. (2006), ensinar é uma atividade altamente estressante que repercute no desempenho profissional do docente e na sua saúde física e mental. O pó de giz, por exemplo, provoca irritações e alergias na pele e nas vias respiratórias. A necessidade de falar incessantemente e de alterar o tom de voz repetidas vezes, provoca calosidade das cordas vocais. Além disso, a quase obrigatoriedade da bipedestação de longa permanência causa sobrecargas musculares e no sistema circulatório, constatado um desconforto e/ou dor, levando o docente a afastar-se do ambiente de trabalho e em casos extremos, aposentar-se precocemente ou abandonar a profissão (Castro, 1999; Fonseca, 2001). E ainda, Gasparini, Barreto e Assunção (2006) chamam a atenção para o fato de as escolas terem tornado-se um lugar inseguro e desprotegido devido à violência existente dentro e fora dos estabelecimentos de ensino, o que representa mais uma fonte importante de estresse na escola.

No cenário nacional, também, as mudanças na organização do trabalho docente juntamente com as novas exigências e competências requeridas trouxeram consigo sobrecarga de trabalho para os professores, tanto no que diz respeito ao volume de trabalho, a precariedade das condições de ensino, a diversidade e complexidade existente em sala com as quais o professor é obrigado a lidar quanto à expectativa social de excelência do seu trabalho (Gasparini, Barreto & Assunção, 2006). Para Carlotto e Palazzo (2006) impuseram-se muitas atribuições ao professor que ultrapassam seus interesses e carga horária, entretanto este mesmo profissional tem sido excluído das decisões institucionais, sendo percebido somente como um executor de propostas elaboradas por outros. De acordo com Carlotto e Câmara (2007) este modelo atual diminuiu o tempo do professor para efetuar seu trabalho, atualizar-se profissionalmente e também para o seu lazer e convívio social. Segundo estes mesmos autores o professor universitário deve conciliar atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo questões relacionadas à produção científica e atividades administrativas.

Os estudos para caracterizar a saúde e o trabalho docente brasileiro são recentes. Como experiência significativa, destaca-se o trabalho de Helga Reinhold. Esta pesquisadora publicou, em 1985, um estudo sobre as fontes e os sintomas de estresse ocupacional em professores brasileiros, apontando a precariedade das condições de

trabalho como a principal causa dos eventos estressores que ocorrem nesses profissionais. Anteriormente, a tendência entre os professores era de apresentar, ou melhor, registrar em seus pedidos de afastamentos ou em suas fichas de saúde, problemas de ordem física, especificamente, problemas de distúrbios da voz como a calosidade das cordas vocais e disfonia, que foram documentados em pesquisas da década de 90 (Tenor, Cyrino & Garcia, 1999).

Neste sentido, a produção do conhecimento sobre saúde e trabalho docente no cenário nacional, passou a ter mais notoriedade a partir da década de 90. Embora incipiente o que já se produziu até o momento, revelou-se um crescimento significativo no número de casos de estresse e da síndrome de *burnout* entre os docentes, associados ou não a outras patologias. As pesquisas de Esteve (1999) e de Codo (1999) afirmam que as condições de trabalho dos docentes brasileiros, a exemplo das condições de trabalho dos docentes americanos e europeus são consideradas precárias e têm sido apontadas, nas pesquisas atuais, como geradoras de adoecimento físico e psicológico.

Os estudos realizados com professores (tanto os estudos que abordam o estresse como os que abordam as condições de trabalho e saúde) caracterizam a prática de ensino como um trabalho dotado de intensificação das relações interpessoais que mobiliza os chamados fatores psicossociais do trabalho docente (Codo, 1999; Esteve, 1999). Os resultados das pesquisas apontam que a não (ou des) valorização e o não reconhecimento do trabalho docente, expressos genericamente pela percepção de desrespeito por parte dos alunos (e até mesmo da sociedade), as condições salariais (que não condizem com a importância e a responsabilidade social deste trabalho), a necessidade de ampliação da jornada de trabalho para recompor salário, os aumentos expressivos de alunos em salas de aula, além da luta permanente por manter-se no emprego, tudo isso, têm contribuído para a perda de qualidade da saúde dos professores.

Para Mazon, Carlotto e Câmara (2008) muitos professores não vislumbram perspectivas em seu trabalho, não avaliam a satisfação e sucesso que obtém com ele e estabelecem uma rotina de trabalho esquecendo-se das atividades extra profissionais. Vedonato e Monteiro (2008) em pesquisa realizada com 258 professores de escolas estaduais de São Paulo verificaram que a maioria destes profissionais apresentavam estilos de vida precários, com a presença de muitos problemas de saúde, como transtornos músculo-esqueléticos, respiratórios e mentais. Nesta mesma pesquisa, os referidos autores, encontraram que 96,5% dos sujeitos consideram o trabalho na escola estressante e sugerem que este fato possa estar relacionado com o aparecimento de transtornos mentais em 20,9% dos entrevistados, sendo que 74,1% destes faziam uso de medicamentos antidepressivos.

De maneira geral, destaca-se que, o professor é contratado para realizar tarefas prescritas como ministrar aulas (e conteúdos), orientar pesquisas e leituras e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, na perspectiva de avaliá-los no momento oportuno. É de sua competência aprovar ou reprovar o aluno, em relação ao conhecimento e domínio dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e em laboratórios

de ensino e de pesquisa. É dele a competência de atestar ou não o aproveitamento do aluno durante o período letivo e se ele está apto a seguir em frente e assimilar novos conteúdos. Na verdade, essa competência envolve crítica, auto-crítica e responsabilidade por parte do professor. A administração escolar transfere ao professor a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na instituição, mas não fornece o suporte necessário para que os mesmos realizem estas tarefas cada vez mais complexas, somadas a isso, ainda há a contratação insuficiente de professores efetivos (Gasparini, Barreto & Assunção, 2005).

Assim, a autonomia, mesmo que regulada pela direção do Departamento ou da Universidade, não tira do professor a flexibilidade em administrar seu próprio cotidiano de trabalho. Ao avaliar o que julga essencial em termos de transmissão de conhecimento, o professor tem a liberdade, em sala de aula, de administrar as atividades de acordo com seu senso crítico e sua criatividade (Wenzel, 1991; Tenfen, 1992). Esse é um dos aspectos que faz com que o trabalho do professor não se torne rotina, dado que é a sua capacidade de poder interagir que leva o aluno a participar como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Ainda que, porventura, as tarefas da docência possam ser repetitivas, é a forma de executá-las que as torna interessantes, qualificando o trabalho do professor, afastando-o da monotonia, característica do trabalho constituído por tarefas repetitivas e fragmentadas.

O saber construído ao longo do processo de formação profissional do professor é confrontado com a realidade do trabalho de ser responsável pela educação de duas, três ou até quatro turmas de quarenta alunos (número médio de alunos por turma), com duas ou mais disciplinas diferentes para ministrar durante o ano letivo. De uma forma geral, o professor recorre a esforços extras para atualizar conhecimentos e instrumentalizar-se em novas tecnologias didático-pedagógicas, cumprindo uma jornada de trabalho que extrapola em horas semanais a jornada prevista em seu contrato de trabalho.

As demais tarefas, consideradas atividades burocráticas como, por exemplo, o preenchimento dos diários de classe, o registro da frequência e da avaliação dos alunos são atividades rotineiras e, portanto desinteressantes, na maioria dos casos executadas no domicílio do professor. Como se vê, o trabalho docente é composto de várias atividades e ele não pode ser decomposto e dividido entre vários professores, como é possível dividir o trabalho em uma linha de montagem. Este é um trabalho que é iniciado e terminado pelo mesmo trabalhador.

Destaca-se, portanto, que o trabalho docente requer habilidades intelectuais, mas não está isento de habilidades físicas. A realização das atividades, intra ou extraclasse exige do professor condições físicas e psicológicas, pois as atividades envolvem esforço físico (necessidade de força e resistência muscular para a busca de informações atualizadas, transporte de livros e materiais e ficar sentado ou em pé por tempo prolongado escrevendo ou desenhando – o que envolve gasto energético/calórico e alterações fisiológicas) e esforço mental (para as exigências cognitivas e psíquicas). Para Gasparini, Barreto e Assunção (2005) as circunstâncias em que os professores

mobilizam suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos impostos, podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas que se não forem recuperadas a tempo acabam que por desencadear sintomas clínicos, o que poderia explicar os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais.

Cargas de trabalho na atividade docente

Para Seligmann-Silva (1994) as cargas de trabalho representam um conjunto de esforços desenvolvidos para atender as exigências das tarefas, abrangendo os esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos (emocionais) que são traduzidos como desgaste, segundo Laurell e Noriega (1989), na capacidade potencial corporal e psicológica dos trabalhadores. De acordo com Cruz (2002), os estudos realizados pela Psicologia do Trabalho e pela Ergonomia, ao confirmarem a existência das cargas de trabalho como um produto da relação entre as exigências do trabalho e a capacidade do trabalhador, visam respondê-las de forma efetiva e com menor desgaste.

A organização do trabalho determina as suas cargas de trabalho, definidas por Greco, Oliveira e Gomes (1996, p. 61) “como exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho”. As cargas de trabalho também estão presentes no trabalho do docente, sendo que podem-se destacar: cargas físicas – exigências na materialidade externa e que se modificam na interação com o corpo (interação ambiental), e cargas psíquicas – disposições psicológicas que adquirem materialidade no próprio corpo e se expressam por meio dele (reações emocionais), que influenciam direta e indiretamente na saúde e na vida dos professores.

Em pesquisas recentes sobre a caracterização de cargas de trabalho entre professores de Universidades Federais do sul do Brasil, realizadas por Lemos (2001) e Lemos e Cruz (2005), foram identificados diferentes aspectos das condições de trabalho geradores de desconforto físico e mal-estar psicológico entre os professores. Numa escala de cinco pontos, foi identificada uma hierarquia decrescente de percepções de carga, conforme mostra a tabela 1, assinalando, os diferentes problemas que historicamente fazem parte do processo de trabalho docente.

Itens	M	Dp
Perceber a desproporcionalidade entre o salário e a responsabilidade de trabalho	4.0	1.2
Perceber o ruído produzido pelas conversas paralelas entre os alunos	3.5	1.0
Verificar o estado de conservação de materiais e equipamentos utilizados em aula	3.3	1.2
Permanecer em pé, parado ou andando, durante as aulas	3.2	1.4

Estar exposto à riscos de contaminação durante a execução de tarefas em aula	3.1	1.3
Permanecer em pé, com flexão, inflexão e rotação do tronco em atividades práticas	3.1	1.4
Tenho estado descontente com as condições de trabalho	3.1	1.1
Ter necessidade de falar constantemente durante as aulas	3.1	1.3
Ver aluno carregar materiais escolares nas aulas práticas por não ter onde guardar	3.0	1.4
Distribuição do espaço físico dos ambientes de trabalho	3.0	1.4
Condições de ruído produzido pelo fluxo de pessoal no ambiente de trabalho	3.0	1.1
Ter dificuldade de acesso à materiais e equipamentos necessário às aulas práticas	3.0	1.7
Perceber o distanciamento entre os colegas de Departamento	2.9	1.3
Lidar com alunos percebidos como dispersivos em aula	2.9	0.9
Perceber aluno fazendo outras atividades não relacionadas ao conteúdo da aula	2.9	1.2
Condições de ruído produzido por equipamentos no ambiente de trabalho	2.9	1.7
Condições de temperatura dos ambientes de trabalho	2.9	1.1
Calcular médias das notas das avaliações dos alunos	2.8	1.6
Ter necessidade de alterar o tom de voz para ser ouvido pelos alunos	2.8	1.1
Desproporção entre o número de alunos e a capacidade de dar atenção a todos	2.8	1.3
Participar das reuniões de Departamento	2.8	1.4
Lidar com alunos percebidos como apáticos em aula	2.8	1.4
Pressões (de tempo, metas e prazos) no trabalho.	2.8	1.2

Tabela 1 - Avaliação de cargas de trabalho entre professores universitários (2004). (N=256)

Nos itens avaliados, constata-se entre os docentes universitários aspectos relacionados à sobrecarga física. Fatores como falta de materiais/equipamentos para ministrar aulas de qualidade, ruídos causados pelas conversas paralelas (conseqüente necessidade de alterar o tom de voz para se fazer ouvir), os excessos de trabalho extra-classe (que incluem preparação de material de aula, correção de provas), o atendimento do tempo institucional (pois o professor tem um cronograma específico da instituição para atender, onde este deve estar atendo aos dias de entregas de notas, etc.), desinteresse por parte dos alunos em torno do conteúdo apresentado, constituem-se em alguns dos fatores associados às cargas de trabalho vivenciadas pelos docentes. O descontentamento com o salário, corresponde ao tópico com mais indicação de descontentamento por parte dos professores. Assim sendo, percebe-se estes itens estão

diretamente relacionados à qualidade do trabalho docente, assim como a própria saúde deste trabalhador.

Estressores relacionados ao trabalho e a síndrome da desistência (*burnout*) em docentes

Os estímulos estressores ligados à atividade de trabalho são variados, e podem ser simplificados da seguinte forma: sobrecarga – denotada pela urgência de tempo, responsabilidade excessiva, falta de apoio e expectativas excessivas próprias ou de pessoas que o cercam; falta de estímulos – tédio; solidão ou falta de solicitações de sua capacidade e potencial; ruídos, alterações do sono; falta de perspectivas; mudanças constantes determinadas pela organização, por introdução de novas tecnologias, mudanças no campo de atuação profissional, mudanças auto-impostas, além da negligência no cuidado com as condições ergonômicas na organização do trabalho, que invariavelmente tendem a comprometer física e psicologicamente os professores (Barona, 1991; Carlotto & Gobbi, 1999; Benevides-Pereira, 2002). Também, o desgaste físico e emocional que os professores estão submetidos em seu ambiente de trabalho e na execução de suas tarefas é bastante significativo na determinação de transtornos relacionados ao estresse, como é o caso das depressões, transtornos de ansiedade, fobias, distúrbios psicossomáticos e a síndrome de *burnout*.

De uma forma geral, o que se percebe é um acúmulo de trabalho. As tarefas tendem a serem diversificadas, mas fragmentadas; aumentam as exigências profissionais por qualificação e metas de produtividade nas publicações, orientações e participação na comunidade científica. Crescem as crises (do sistema educacional e nas instituições de ensino), as divergências e o descaso com a educação no cenário nacional, o que se reflete nas condições de trabalho dos docentes (Wenzel, 1991; Tenfen, 1992; Codo, 1999; Esteve, 1999).

As mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo processo de globalização da economia, a sofisticação tecnológica, a decadência das relações humanas cooperativas que são substituídas por aspectos competitivos e de busca de recompensas extrínsecas ao próprio trabalho fazem surgir no trabalhador sentimentos de insegurança, ansiedade e diminuição da auto-estima do indivíduo e de grupos sociais. Quando esses sentimentos são intensos e permanentes, e as características da função no trabalho também contribuem para a manutenção destas condições, o indivíduo apesar de tentar repetidamente soluções para essas questões, somado ao desgaste dos constantes fracassos, está vulnerável ao surgimento da síndrome de *burnout*. Esta síndrome é um agravo à saúde predominantemente relacionado ao desgaste profissional na relação com o trabalho.

Freudenberger (1974) considera a síndrome de *burnout* um estado de esgotamento ou exaustão resultante de grande dedicação e esforço no trabalho, onde o indivíduo afasta ou deixa de lado as suas próprias necessidades. Suas principais manifestações estão relacionadas ao rebaixamento da auto-estima, o esgotamento

emocional, o surgimento de comportamentos inadequados frente a sua clientela (irritação, descaso, cinismo e distanciamento), a diminuição da produtividade e da auto-realização no trabalho, a instalação de transtornos psicossomáticos e o absenteísmo.

Para Reis et al. (2006) a síndrome inicia com uma sensação de inquietação e vai aumentando gradativamente à medida que a alegria de lecionar vai diminuindo. Carlotto e Palazzo (2006) em pesquisa realizada com 217 professores de escolas particulares da região metropolitana de Porto Alegre encontraram como possíveis fatores de risco de *burnout*: exaustão emocional, elevado número de alunos e carga horária; e como fatores de estresse no trabalho: pouca participação nas decisões, mau comportamento dos alunos e as expectativas que os familiares apresentam sobre o trabalho docente.

Ressalta-se que, normalmente, o desânimo, a falta de motivação e interesse e o descaso em relação ao trabalho, foram e ainda tem sido tratados por muitas pessoas como “preguiça”, “dissimulação” ou, ainda, com outros termos depreciativos. Esse parece ser um dos aspectos que leva o indivíduo a lutar contra a síndrome de *burnout* (à medida que não reconhece a sua existência), não percebendo que está se esgotando cada vez mais, ampliando o seu sentimento de desistência não só do trabalho, mas também da própria vida.

É consenso na literatura especializada, que a categoria dos professores apresenta um alto nível da síndrome da desistência. Para Carlotto (2002) frustrações emocionais são peculiares a este fenômeno e podem conduzir a problemas como insônia, hipertensão, úlceras, abuso de álcool e medicamentos, entre outros, gerando e/ou aumentando problemas familiares e sociais. Quanto aos aspectos profissionais, a autora destaca que o professor pode apresentar prejuízos no planejamento da aula, perda de criatividade e entusiasmo, baixa tolerância à frustração, sentimentos hostis e depreciativos com relação ao trabalho e a si próprio e muitas vezes o arrependimento e o desejo de abandonar a profissão.

A síndrome de *burnout* na educação é um fenômeno complexo e multidimensional que resulta da interação entre fatores individuais e do ambiente de trabalho, e sua ocorrência em docentes é considerada um fenômeno psicossocial relevante porque afeta concomitantemente o professor e o ambiente educacional, interferindo no alcance dos objetivos pedagógicos (Silva & Carlotto, 2003).

Contudo, destaca-se que a síndrome de *burnout* entre docentes, corresponde a um problema que gera diversas implicações psicossociais a saúde deste trabalhador, sendo que o grande desafio consiste em além de identificar os estressores, trabalhar na prevenção de sintomas conseqüentes deste trabalho.

Conclusão

A educação é um dos pilares do desenvolvimento de uma sociedade. Nela, como

cenário, encontram-se diversos atores (alunos, professores, supervisores e diretores, e os funcionários técnico-administrativos) que desempenham diferentes papéis. Cada um deles tem sua função definida. E, para que cada um desempenhe com êxito a sua função, é necessário que as condições (ambientais, técnicas e psicossociais) sejam favoráveis.

As condições de saúde e trabalho dos profissionais da educação têm despertado o interesse em pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento como sociólogos, psicólogos, epidemiologistas, ergonomistas e demais profissionais. Os estudos recentes, com base na contribuição desses pesquisadores, revelam a preocupação com as condições do exercício profissional dos trabalhadores da educação, tendo em vista a tendência crescente de transtornos de saúde manifestados nos últimos vinte anos.

O trabalho do professor visto na perspectiva dos estudos sobre as relações entre processo de trabalho e a saúde, não apresenta, de uma forma geral, o mesmo destaque de investigação científica que outras categorias do setor industrial e de serviços, como, por exemplo, os profissionais da construção civil, dos transportes, da saúde e do setor bancário.

A atividade docente é um trabalho diferente em alguns aspectos como ser iniciado e concluído pelo mesmo trabalhador, e semelhante em outros aspectos como jornada de trabalho, hierarquia e remuneração. No entanto, os estudos sobre este tema precisam ser melhor analisados pelos pesquisadores, afim de se obter dados substanciais sobre o trabalho dos professores. Atualmente, os professores, sem distinção do nível de ensino em que atuam e independentemente de ser escola pública ou privada, têm apresentado agravos de saúde que vão desde problemas de voz, passando por DORT e chegando a quadros de depressão, estresse e *burnout*.

O trabalho do professor representa uma parte histórica e significativa da expressão das relações de trabalho, constituindo-se num dos principais modos de construção de processos institucionais no âmbito da educação e da aprendizagem humanas. Contudo, apesar de sua importância social, os estudos sobre as implicações das condições de trabalho na saúde dos professores necessitam serem incentivados e desenvolvidos na própria comunidade universitária.

Referências

- Barona, E. G. (1991) Estudio preliminar al Síndrome de Burnout. *Revista Ciência Psicológica* - n. 3, p. 63 – 76, 1º sem. Jaén – Espanha.
- Benevides-Pereira, A. M. T. (2002) *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carlotto, M. S., Gobbi, M. D. (1999) Síndrome de burnout: Um problema do indivíduo

ou do seu contexto de trabalho? *Revista Aletheia*. N, 10, p. 103 – 114.

Carlotto, M. S. (2002) *A síndrome de burnout e o trabalho docente*. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29.

Carlotto, M. S.; Palazzo, L. S. (2006) Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 22, n. 5, pp.

Carlotto, M. S. ; Câmara, S. G. (2007) Preditores da Síndrome de Burnout em professores. *Psicol. Esc. Educ.* [online], vol.11, no.1 [citado 02 Abril 2009], p.101-110. Disponível na World Wide Web: <[\[sci_arttext&pid=S1413-85572007000100010&lng=pt&nrm=iso\]\(http://pepsic.bvs-si.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100010&lng=pt&nrm=iso\)>. ISSN 1413-8557.](http://pepsic.bvs-si.org.br/scielo.php?script=</p></div><div data-bbox=)

Castro, N. M. T. (1999) *Alterações laringeas e disfunções da voz em professores: um alerta à prevenção*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas. Universidade Federal de Santa Catarina.

Codo, W. (coord) (1999) *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes.

Cruz, R. M. Medidas de carga mental de trabalho. In: Cruz, R. M., Sarda, J. J. e Alchieri, J. C. (2002) *Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 183-199.

Esteve, J. M. (1999) *Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: Edusc.

Fonseca, C. C. O. P. (2001) *O adoecer psíquico no trabalho do professor do ensino fundamental e médio da rede pública no Estado de Minas Gerais*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

Freudenberger, H. J. (1974) Staff burnout. *Journal of Social Issues*, 30 (1), p. 159-163.

Gasparini, S. M.; Barreto, S. M.; Assunção, A. A. (2005) O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educ. Pesqui.* [online], v. 31, n. 2, pp. 189-199.

Gasparini, S. M.; Barreto, S. M.; Assunção, A. A. (2006) Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 22, n. 12, pp. 2679-2691.

Greco, R. M.; Oliveira, V. M.; Gomes, J. R. (1996) Cargas de trabalho dos técnicos

- operacionais da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. vol 25, p. 5975.
- Jardim, R.; Barreto, S. M.; Assunção, A. A. (2005). Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. In: *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 23(10), 2007, p. 2439-2461.
- Laurell, A. C.; Noriega, M. (1989) *Processo de Produção e Saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Lemos, J. C. (2001) *Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários*. Florianópolis. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Lemos, J. C. e Cruz, R. M. (2005) Condições e cargas de trabalho da atividade docente. *Revista Plural*, n. 14, ano 11.
- Mazon, V.; Carlotto, M. S.; Câmara, S. (2008) Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em professores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 60, n.1.
- Reis, J. F. et al. (2006) Docência e exaustão emocional. *Educ. Soc.* [online], vol.27, n.94, pp. 229-253.
- Seligmann-Silva, E. (1994) *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez.
- Silva, G. N.; Carlotto, M. S. (2003) Síndrome de Burnout: um estudo com professores da rede pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, Volume 7 Número 2 145-153
- Tenfen, W. (1992) *O processo de (des)qualificação do professor*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Tenor, A. C.; Cyrino, E. G.; Garcia, V. L. (1999) Investigação da percepção vocal de professores de pré-escola da rede municipal de ensino de Botucatu-SP. *Salusvita*, 18(2), p.107-116.
- Vedovato, T. G.; Monteiro, M. I. (2008) Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. *Rev. Esc. Enferm. USP* [online], v. 42, n. 2, pp. 291-297.
- Wenzel, R. L. (1991) *O professor e o trabalho abstrato: uma análise da (des) qualificação do professor*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

Datos de los autores

Roberto Moraes Cruz. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Jadir Camargo Lemos. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Marisete M. Welter. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Luciane Guisso. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Fecha de recepción: 23/03/2010

Fecha de revisión: 18/04/2010

Fecha de aceptación: 12/05/2010